



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**Manaus**



**DIRETORIA DE COMISSÕES  
DEPARTAMENTO DE COMISSÕES**

**Ata da Audiência Pública da Comissão de  
Saúde – COMSAU, realizada no dia  
06.12.2022.**

Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas e dez minutos, foi realizada mais uma Audiência Pública da Comissão de Saúde – COMSAU, no Plenário Adriano Jorge, da Câmara Municipal de Manaus, sob a presidência do vereador Dr. Daniel Vasconcelos (PSC), objetivando discutir a importância do Terceiro Setor durante a pandemia do covid-19, conforme solicitação do vereador Dr. Daniel Vasconcelos, e aprovado no seio da referida Comissão. Registrou-se a presença dos seguintes convidados: Maria do Rosário A. da Silva, presidente do Instituto Social Ingrid Guilherme – I.S.I.G; Elenilson Nascimento Oliveira, presidente do Instituto de Direito do Terceiro Setor – I.D.T.S; Maria Eurides Araújo Madeiro, presidente do Instituto de Ação Social Acolhendo para Viver Melhor – IASAVM; Lidiane Ferreira, presidente do Instituto Girassol; Claiton Costa de Oliveira, presidente da Comissão do Direito do 3º setor; Pastor Antônio Pacheco, entre outros. Após proceder aos trâmites legais de abertura dos trabalhos, o presidente da Comissão, na sua fala inicial, ressaltou a importância de discutir o assunto pautado para os trabalhos ora realizados, pois, segundo ele, fortaleceria as políticas públicas do Terceiro Setor. Na sequência, o pastor Antônio Pacheco realizou uma oração antes do prosseguimento dos trabalhos. Logo após, a senhora Maria do Rosário da Silva, iniciou agradecendo a presença de todos e a oportunidade concedida pelo presidente da Comissão para discutir nessa Casa Legislativa a importância do Terceiro Setor porque, segundo ela, durante a fase aguda da pandemia do Covid-19, não pararam as atividades. Logo, falou das atividades realizadas pelo Instituto Social Ingrid Guilherme, presidido por ela, em 48 municípios, entretanto, no presente momento, as atividades estavam reduzidas para nove municípios amazonenses. A presidente do Instituto Social Ingrid Guilherme - ISIG enfatizou as dificuldades enfrentadas no dia-a-dia na busca de recursos e reconhecimento junto ao poder público, bem como ressaltou o desinteresse das autoridades locais com o setor, inclusive, tal desinteresse obstaculizou a criação de uma Frente Parlamentar, ficando o Terceiro Setor sem representação, e, conseqüentemente, sem legalização, pois havia mil e quinhentas associações registradas na Instituição e um número significativo aguardando legalização do Poder Público. No entanto, finalmente, nessa data se iniciava a primeira audiência pública buscando representatividade junto ao Poder Público, mas almejava que houvessem outras oportunidades. Na sequência, foi apresentado um vídeo sobre a



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**Manaus**

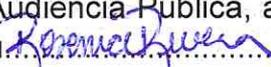


instituição, ressaltando as atividades desenvolvidas, bem como enfatizou a falta de engajamento dos políticos locais, solicitando a adesão à causa e a representatividade neste Poder. Em seguida, o presidente, diante do que foi colocado pela oradora que o antecedeu, disse que essa Casa estaria sempre aberta, e colocou-se à disposição para possibilitar a criação da Frente Parlamentar, assim como estaria programando uma Tribuna Popular, ambas em prol do Terceiro Setor. Na sequência dos trabalhos, o senhor Elenilson Nascimento de Oliveira, presidente do instituto do Terceiro Setor, disse que a falta de informação e legalização do Terceiro Setor geravam impasses no desenvolvimento de atividades. Um exemplo disso foram as dificuldades enfrentadas durante a pandemia do Covid-19 para conseguir materiais de proteção individual. Diante disso, o Conselho Estadual e o Instituto de Direito do Terceiro Setor vinham desenvolvendo um trabalho focado nas entidades sem fins lucrativos, fazendo o possível para regularizá-las. Ainda, disse que recentemente fizeram uma parceria com a OAB/AM, a fim de fortalecer as atividades. O presidente do Terceiro Setor pontuou sobre os benefícios do título de utilidade pública para as entidades, destacando a concessão de verbas para algumas instituições por certos parlamentares, pois havia uma lei federal regulamentando esse título, todavia, os benefícios não eram aplicados, no geral, pela falta de legalização. Deste modo, solicitou um ajuste na lei federal elucidando essa concessão. No tocante ao registro no cartório pelas entidades, precisava que a categoria estivesse unida com a finalidade de vencerem as burocracias impostas pela Junta Comercial do Estado do Amazonas – JUCEA. Retornando a palavra, o vereador Dr. Daniel Vasconcelos, pontuou a contribuição de sua equipe para diminuir os impactos ocasionados pela pandemia, destacando a sugestão à Secretaria Municipal de Saúde sobre a colocação de tendas nas portas dos hospitais, entre outras. Em seguida, o senhor Claiton Costa de Oliveira, representando a Ordem dos Advogados do Amazonas – OAB/AM, devido a importância da categoria para o desenvolvimento da economia, colocou o órgão à disposição da classe. No tocante as leis pertinentes à categoria, disse haver muitas, porém não eram usadas pela falta de requisição adequada, mas que fizeram uma parceria com o intuito de esclarecer esse público a forma apropriada de lidar com os preâmbulos do sistema. Referente aos eventos promovidos na Assembleia Legislativa, por meio da deputada estadual Therezinha Ruiz, o representante da OAB disse que eram frequentes, e nessas ocasiões geralmente falava sobre a implantação e o direito do Terceiro Setor em diversas áreas. Entretanto, nesses eventos, o representante constatou que o maior impasse estava na categoria que não era unida. Ainda, falou sobre o canal Amazônia, parceria estabelecida com o professor Takashi Yamauchi, referência em Terceiro Setor, por meio do qual ofereciam aulas abertas, gratuitamente, sobre o tema. Convidou a todos para o simpósio que estava em andamento para o ano de 2024. Retornando a palavra, o vereador Dr. Daniel Vasconcelos, considerou importante a parceria da OAB/AM e também se colocou à disposição. Na fase seguinte dos trabalhos, espaço cedido a



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**Manaus**



plateia, diversas pessoas se manifestaram, entre elas, a senhora Vanderlinda Morais da Silva Pereira, presidente do Instituto Amigos da Família, que destacou que, apesar de ter o instituto legalizado e o trabalho reconhecido nos municípios de Manacapuru e Caapiranga, falou das dificuldades que enfrentava. Pontuou sobre a importância da verba recebida por sua instituição por meio de emenda parlamentar do vereador Mito. Ademais, colocou-se à disposição. Após, o senhor Joaquim Vieira, representante do Projeto Cinco Pães e Dois Peixinhos, apresentou um vídeo dos trabalhos realizados durante a pandemia. Finalizando, falou sobre o trabalho a ser desenvolvido no dia quinze de dezembro do corrente ano. Em seguida, a palavra foi passada para o senhor Alan Souza, do Instituto Acolher, que falou que o objetivo da categoria era o acolhimento social. Relatou o que vivenciou recentemente, período que avizinhava, o natal, e até situações em que encontrou crianças pedindo cesta básica. Por esse motivo, era mais um membro do grupo disponível a doar trabalho. Posteriormente, o senhor Edmilson Pacheco, do Instituto Recanto do Beija-flor e morador da comunidade do Livramento, depois de agradecer a iniciativa do vereador, solicitou reforma de uma Unidade Básica de Saúde, localizada no seu bairro. Foi passada a palavra para o senhor Parri Douglas, representante do Abrigo Coração do Pai, que falou do trabalho que realizava em prol das crianças, ressaltando que o valor recebido do Poder Executivo era irrisório diante do custo que cada criança gerava à instituição. Sugeriu que a prefeitura revisse o valor destinado ao abrigo. Após, a senhora Martha Botelho, da associação Filhos de São, agradeceu a todos, e em seguida falou dos trabalhos de inserção no mercado de trabalho que realizava com ex-presidiários e adictos, e ainda pontuou sobre o projeto em andamento, voltado para aulas de futebol. Com a palavra, o presidente da Comissão, vereador Dr. Daniel Vasconcelos, comprometeu-se em articular a criação da Frente Parlamentar do Terceiro Setor nesta Casa, e que haveria uma Tribuna Popular durante as sessões plenárias agendada também. Durante as Considerações Finais, a senhora Maria do Rosário da Silva considerou proveitosa a audiência pública realizada, e disse que o Conselho do Terceiro Setor havia sido criado com o objetivo de unir forças para criar a Frente Parlamentar. Finalizou sua participação falando sobre a atividade que seria realizada pelo Dia da Mulher no ano de dois mil e vinte e três. A senhora Maria Eurides Araújo de Medeiros, agradeceu e disse que a nova caminhada dependia de muita união de todos. O senhor Elenilson Nascimento de Oliveira, por fim, sugeriu aos presentes que selecionassem fotos dos trabalhos que realizavam, a fim de que fossem montados banners expositivos, mostrando os trabalhos diferenciados que o setor desenvolvia. Nada mais havendo a tratar, o presidente da Comissão, vereador Dr. Daniel Vasconcelos, agradeceu a presença de todos e encerrou a Audiência Pública, às dezesseis horas e trinta e três minutos. E, para que conste, eu,  ..... (Rosencice Rivera), secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada foi assinada pelo presidente da Comissão.



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**Manaus**



**Ver. Dr. Daniel Vasconcelos (PSC)**  
Presidente da COMSAU